autuado por cintiacarrer em 07/07/2026 14:09:28.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PL 455/26

Realizada a pesquisa, a respeito do assunto foi localizado:

- Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988.

- Lei Federal nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência, sua integração social, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas e dá outras providências.

- Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

- Lei Federal nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica e dá outras providências.

- Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

- Lei Federal nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências.

- Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso a informações previsto na Constituição Federal.

- Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação.

- Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

- Lei Federal nº 13.460, de 26 de junho de 2017, que dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública.

- Lei Federal nº 13.699, de 2 de agosto de 2018, que altera o Estatuto da Cidade para instituir diretriz de política urbana voltada à acessibilidade.

Matéria DSP 10811/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 07/07/2026 e juntado ao PL 455/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=749629.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

- Lei Federal nº 14.129, de 29 de março de 2021, que dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública.

- Lei Federal nº 14.191, de 3 de agosto de 2021, que dispõe sobre a educação bilíngue de surdos.

- Constituição do Estado de São Paulo.

- Lei Estadual nº 10.177, de 30 de dezembro de 1998, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual.

- Lei Estadual nº 10.294, de 20 de abril de 1999, que dispõe sobre proteção e defesa do usuário do serviço público do Estado de São Paulo.

- Lei Estadual nº 12.907, de 1º de abril de 2008, que assegura o direito de matrícula de alunos com deficiência na rede regular de ensino.

- Lei Estadual nº 15.830, de 15 de junho de 2015, que institui a Política Estadual de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

- Lei Estadual nº 16.756, de 8 de junho de 2018, que dispõe sobre a inserção do símbolo mundial da conscientização sobre o Transtorno do Espectro Autista nas placas de atendimento prioritário.

- Lei Estadual nº 17.897, de 9 de abril de 2024, que consolida a legislação paulista relativa à pessoa com deficiência.

- Lei Orgânica do Município de São Paulo, especialmente os arts. 221 e seguintes.

- Lei Municipal nº 10.832, de 5 de janeiro de 1990, que determina tratamento prioritário às pessoas com deficiência física.

- Lei Municipal nº 11.248, de 1º de outubro de 1992, que dispõe sobre atendimento preferencial de gestantes, mães com crianças de colo, idosos e pessoas com deficiência em estabelecimentos comerciais, de serviços e similares.

- Lei Municipal nº 11.315, de 21 de dezembro de 1992, que dispõe sobre o Conselho Municipal da Pessoa Deficiente – CMPD.

- Lei Municipal nº 11.326, de 30 de dezembro de 1992, que dispõe sobre o atendimento aos alunos portadores de necessidades especiais.

Matéria DSP 10811/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 07/07/2026 e juntado ao PL 455/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=749629.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

- Lei Municipal nº 11.345, de 14 de abril de 1993, que dispõe sobre a adequação dos edifícios de uso público às pessoas com deficiência.

- Lei Municipal nº 12.492, de 10 de outubro de 1997, que assegura o ingresso de cães-guia para pessoas com deficiência visual em locais de uso público ou privado.

- Lei Municipal nº 13.714, de 7 de janeiro de 2004, que dispõe sobre a implantação de equipamentos de telefonia destinados às pessoas com deficiência auditiva e da fala.

- Lei Municipal nº 14.141, de 27 de março de 2006, que dispõe sobre o processo administrativo na Administração Pública Municipal.

- Lei Municipal nº 14.408, de 22 de maio de 2007, que institui serviço de atendimento e informação às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

- Lei Municipal nº 14.640, de 18 de dezembro de 2007, que dispõe sobre a flexibilização da jornada de trabalho de servidores responsáveis por pessoas com deficiência.

- Lei Municipal nº 15.043, de 27 de novembro de 2009, que dispõe sobre os serviços públicos municipais de atendimento à saúde da mulher.

- Lei Municipal nº 15.096, de 5 de janeiro de 2010, que institui a Política Municipal para a População com Deficiência.

- Lei Municipal nº 15.409, de 11 de julho de 2011, que estabelece diretrizes da Política Municipal de Atendimento às Pessoas com Transtorno Invasivo do Desenvolvimento – Autismo.

- Lei Municipal nº 15.731, de 30 de abril de 2013, que institui o Programa Municipal de Equoterapia.

- Lei Municipal nº 16.050, de 31 de julho de 2014, que aprova o Plano Diretor Estratégico do Município.

- Lei Municipal nº 16.101, de 8 de janeiro de 2015, que institui a Semana Municipal de Conscientização do Autismo.

- Lei Municipal nº 16.333, de 30 de dezembro de 2015, que institui o Serviço Atende.

- Lei Municipal nº 16.380, de 1º de fevereiro de 2016, que institui a Política Municipal de Proteção à Saúde Bucal da Pessoa com Deficiência.

Matéria DSP 10811/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 07/07/2026 e juntado ao PL 455/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=749629.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

- Lei Municipal nº 16.493, de 20 de julho de 2016, que dispõe sobre o Sistema Municipal de Participação Social.

- Lei Municipal nº 16.605, de 28 de dezembro de 2016, que dispõe sobre a disponibilização de cadeiras de rodas em cemitérios.

- Lei Municipal nº 16.642, de 9 de maio de 2017, que institui o Código de Obras e Edificações.

- Lei Municipal nº 17.272, de 14 de janeiro de 2020, que dispõe sobre sessões de cinema adaptadas para pessoas com Transtorno do Espectro Autista.

- Lei Municipal nº 17.502, de 3 de novembro de 2020, que dispõe sobre a política pública municipal para garantia, proteção e ampliação dos direitos das pessoas com Transtorno do Espectro Autista e seus familiares.

- Lei Municipal nº 17.534, de 25 de março de 2021, que dispõe sobre a reestruturação e organização do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência.

- Lei Municipal nº 17.572, de 24 de junho de 2021, que dispõe sobre o uso de faixas exclusivas e corredores de ônibus por táxis.

- Lei Municipal nº 17.589, de 5 de agosto de 2021, que dispõe sobre atendimento específico às mulheres com deficiência na rede municipal de saúde.

- Lei Municipal nº 17.695, de 22 de outubro de 2021, que institui a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista – CIPTEA.

- Lei Municipal nº 17.718, de 23 de novembro de 2021, que define a prática da telemedicina no Município de São Paulo.

- Lei Municipal nº 17.753, de 24 de janeiro de 2022, que cria complexo de referência para atendimento especializado às pessoas com TEA e Síndrome de Down.

- Lei Municipal nº 17.754, de 24 de janeiro de 2022, que assegura direitos de comunicação e informação às pessoas surdas gestantes ou vítimas de violência.

- Lei Municipal nº 17.761, de 23 de março de 2022, que institui o Dia Municipal do Autista.

- Lei Municipal nº 17.872, de 28 de dezembro de 2022, que institui o Programa de Atendimento Educacional Especializado.

Matéria DSP 10811/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 07/07/2026 e juntado ao PL 455/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=749629.

autuado por cintiacarrer em 07/07/2026 14:09:28.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

- Lei Municipal nº 18.027, de 28 de novembro de 2023, que institui a Semana Mãe+.

- Lei Municipal nº 18.078, de 11 de janeiro de 2024, que obriga a aplicação do questionário M-CHAT para rastreamento precoce do autismo.

- Lei Municipal nº 18.106, de 26 de abril de 2024, que altera a Lei nº 17.502/2020 para autorizar capacitação técnica de servidores no atendimento às pessoas com TEA.

- Lei Municipal nº 18.132, de 17 de junho de 2024, que altera a Lei nº 15.096/2010 para incluir pessoas com TEA no Programa Censo-Inclusão.

- Lei Municipal nº 18.213, de 27 de dezembro de 2024, que denomina o Centro Municipal para Pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo Dra. Marina Magro Beringhs Martinez.

- Lei Municipal nº 18.224, de 9 de janeiro de 2025, que assegura atendimento em Libras nas instituições públicas municipais.

PL 472/2026 Institui o Programa Municipal de Inclusão Sensorial no Município de São Paulo e dá outras providências.

PL 463/2026 “Dispõe sobre a participação, em feiras de eventos do Município, de instituições que atuem em defesa dos direitos e interesses de pessoas com deficiência (PCDs) e dá outras providências.

PL 453/2026 Dispõe sobre a obrigatoriedade da presença de profissional psicopedagogo nos equipamentos públicos de ensino, no âmbito do Município de São Paulo, e dá outras providências.

PL 451/2026 Institui o programa permanente de capacitação da Guarda Civil Metropolitana para atendimento humanizado às pessoas com transtorno do espectro autista (TEA) no Município de São Paulo, e dá outras providências.

PL 441/2026 Institui o Programa Formação Inclusiva no âmbito do Município de São Paulo, voltado à capacitação de tutores e profissionais da educação para o atendimento de crianças neurodivergentes, por meio de cursos e formações baseados em diferentes metodologias e práticas inclusivas, inclusive Análise do Comportamento Aplicada – ABA, e/ou outros métodos cientificamente reconhecidos, e dispõe sobre a obrigatoriedade de disponibilização de tutores nas unidades educacionais da rede pública municipal, e dá outras providências.

Matéria DSP 10811/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 07/07/2026 e juntado ao PL 455/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=749629.

autuado por cintiacarrer em 07/07/2026 14:09:28.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

PL 439/2026 Dispõe sobre a criação do Programa Municipal de Incentivo à Inclusão de Pessoas com Deficiência Auditiva no mercado de trabalho, no âmbito do Município de São Paulo, e dá outras providências.

PL 396/2026 Institui o Programa “Praça Inclusiva” e dá outras providências.

PL 329/2026 Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Municipal de Creches Especializadas para Atendimento à Pessoa Neurodivergente no âmbito do Município de São Paulo, e dá outras providências.

PL 144/2026 Institui, no âmbito do Município de São Paulo, o Estatuto da Pessoa com Doença Crônica Complexa e Rara, com a finalidade de expandir os mecanismos de proteção e garantir direitos fundamentais.

PLO 2/2026 Altera o inciso VI do art. 203 e o art. 206 do Capítulo III do Título VI da Lei Orgânica do Município, incluindo dispositivos que garantem a inclusão de pessoas com deficiência no sistema municipal de educação, em conformidade com a Lei Brasileira de Inclusão (LBI)

PL 312/2026 Cria a Plataforma Digital Municipal de Apoio às Mães e Famílias Atípicas (PAMFA) e dá outras providências.

PL 1541/2025 Dispõe sobre a instituição do Programa Municipal de Triagem e Acompanhamento Auditivo Infantil (PMTAAI) nas creches públicas e conveniadas do Município de São Paulo, e dá outras providências.

PL 1540/2025 Dispõe sobre o estabelecimento de Parceria Público-Privada com instituições especializadas em alfabetização de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), para oferta de atividades educacionais de extensão e reforço escolar, e dá outras providências.

PL 1496/2025 Institui o Programa “Cuida Mais” – programa de capacitação continuada para profissionais da rede municipal de saúde no atendimento a pessoas com deficiência e idosos.

PL 1442/2025 Estabelece a obrigatoriedade de programas de formação continuada periódica para os profissionais das unidades de educação infantil municipais, contemplando temas relacionados ao neurodesenvolvimento infantil, inclusão, prevenção de violência e práticas pedagógicas atualizadas.

PL 1441/2025 Dispõe sobre a criação dos ‘Espaços Brincar’ em praças, parques públicos e unidades educacionais do Município de São Paulo, destinados à instalação de áreas de lazer acessíveis, seguras e inclusivas para crianças, e dá outras providências.

Matéria DSP 10811/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 07/07/2026 e juntado ao PL 455/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=749629.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

PL 1439/2025 Institui o Programa “Biblioteca da Primeira Infância” no âmbito do Município de São Paulo e dá outras providências.

PL 1416/2025 Institui o “Programa Libras para Todos” nas unidades da rede pública municipal de ensino de São Paulo para estudantes matriculados no Programa São Paulo Integral.

PL 1405/2025 Institui, no âmbito do Município de São Paulo, o Programa Professor de Inclusão Individual, destinado ao atendimento educacional personalizado de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), TDAH e outras condições que demandem acompanhamento pedagógico especializado, e dá outras providências.

PL 1367/2025 Institui o Programa Municipal de Incentivo à Inclusão Produtiva de Pessoas Neurodivergentes no Município de São Paulo, e dá outras providências.

PL 1355/2025 Cria o programa Sala Azul Itinerante no âmbito do Município de São Paulo, destinado a promover espaço de acolhimento sensorial e de descompressão em eventos públicos, e dá outras providências.

PL 1351/2025 Dispõe sobre a criação de salas sensoriais nas escolas municipais da cidade de São Paulo, para o atendimento de pessoas com Transtorno do Espectro Autista – TEA e outras condições neuroatípicas, e dá outras providências.

PL 1343/2025 Institui o Programa Paraoficina destinado a pessoas com deficiência física, com objetivo de fornecer manutenção gratuita de objetos e meios auxiliares de locomoção, por meio de oficinas móveis e fixas no Município de São Paulo, e dá outras providências.

PL 1321/2025 Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Municipal LINCA-TEAN– Linha de Cuidado Integral em Atenção Primária à Saúde das Pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e demais Transtornos do Neurodesenvolvimento, e dá outras providências.

PL 1317/2025 Dispõe sobre a criação de praças de esporte nos bairros do Município de São Paulo, com a instalação de quadras poliesportivas e pistas de skate.

PL 1287/2025 Crias Espaços Infantis nas Feiras Livres do município.

PL 1264/2025 Dispõe sobre a obrigatoriedade de inclusão de profissionais de Libras e o acesso a Braille em ambientes públicos e privados, e dá outras providências.

Matéria DSP 10811/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 07/07/2026 e juntado ao PL 455/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=749629.

autuado por cintiacarrer em 07/07/2026 14:09:28.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

PL 1238/2025 Autoriza o Executivo a criar a Sala TEA+ para atendimento multidisciplinar de crianças e adolescentes portadoras do Espectro Autismo e Mães Atípicas e dá outras providências.

PL 1230/2025 Institui o Programa de Transporte Especial Gratuito para Pessoas Atípicas – TEG Atípico, destinado ao deslocamento da residência até instituições de acolhimento e reabilitação.

À PL 1227/2025 Institui, no âmbito do Município de São Paulo, os Centros de atenção Psicossocial Especializados para Pessoas Atípicas (CAPS-PA), e dá outras providências.

PL 1199/2025 Institui a política municipal "SP+Conectada e Carregada", visando garantir o acesso universal e gratuito a pontos de recarga para cadeiras de rodas elétricas e outros equipamentos de mobilidade pessoal motorizados no Município de São Paulo; estabelece a obrigatoriedade de sua instalação em edificações públicas e locais de grande acesso de pessoas, bem como em espaços públicos abertos; define padrões técnicos em conformidade com as normas ABNT NBR 9050, NBR 5410, NBR 17019 e NBR IEC 61851-1.

PL 1137/2025 Institui garantias à criança com deficiência e/ou transtornos do neurodesenvolvimento no ambiente escolar do Município de São Paulo.

PL 1115/2025 Institui o Programa Municipal de Acesso a Tecnologias Assistivas – "São Paulo Inclusiva", por meio da criação do Banco Municipal de Tecnologias Assistivas, e dá outras providências.

PL 1094/2025 Institui a criação de Centros de Formação em Braille para professores e demais profissionais da educação da rede municipal de ensino de São Paulo.

PL 1054/2025 Institui o Banco Municipal de Informações sobre Programas de Voluntariado Orientado, com foco em ações voltadas a pessoas idosas, pessoas com deficiência e pessoas com mobilidade reduzida, no âmbito do Município de São Paulo, e dá outras providências.

PL 1045/2025 Autoriza o poder executivo a criar o cargo de Professor de Atendimento Educacional Especializado em Métodos Pedagógicos Relacionados à Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, nas unidades educacionais do Município de São Paulo.

PL 1002/2025 Dispõe sobre o treinamento dos colaboradores das empresas que operam na rede de transporte público municipal para assegurar o direito ao transporte e à mobilidade da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Matéria DSP 10811/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 07/07/2026 e juntado ao PL 455/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=749629.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

PL 1000/2025 Institui a Política Municipal de Diagnóstico Rápido e Desburocratizado de Transtornos do Neurodesenvolvimento na Rede Pública de Saúde e dá outras providências.

PL 999/2025 Dispõe sobre o fornecimento obrigatório de kits de apoio ao aluno com deficiência visual nas escolas públicas do Município de São Paulo.

PL 998/2025 Autoriza a Prefeitura de São Paulo a fornecer protetores auriculares para crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na rede pública municipal de ensino da cidade de São Paulo.

PL 995/2025 Dispõe sobre a instalação de equipamentos de acessibilidade para pessoas com deficiência em estabelecimentos com piscinas abertas ao público no Município de São Paulo.

PL 969/2025 Dispõe sobre a integração dos alunos com deficiência nas aulas de Educação Física das unidades educacionais da rede pública e privada do Município de São Paulo e dá outras providências.

PL 968/2025 Institui a Política Municipal de Capacitação Permanente para o Atendimento Inclusivo no Transporte Coletivo (CAPACITrans), estabelece a obrigatoriedade de treinamento para profissionais do sistema de transporte público municipal sobre os direitos e as necessidades das pessoas com deficiência, e dá outras providências.

PL 967/2025 Altera a Lei nº 11.345, de 14 de abril de 1993 [Dispõe sobre a adequação das edificações à pessoa portadora de deficiência e dá outras providências], para atualizar a referência à norma técnica de acessibilidade da ABNT.

PL 965/2025 Institui o Programa Laudelina de Campos Melo de Auxílio Financeiro às trabalhadoras domésticas e de cuidados, com o objetivo de garantir o direito à educação e promover a elevação da escolaridade através do incentivo ao acesso e permanência em instituições de ensino.

PL 933/2025 Dispõe sobre a instituição da Política Municipal de Prevenção ao vício em jogos eletrônicos, videogames, plataformas digitais e redes sociais no âmbito das escolas públicas do município de São Paulo, com foco na promoção da saúde mental e inclusão digital consciente, e dá outras providências.

PL 925/2025 Institui o “Programa LIBRAS para Todos” para fomentar a capacitação em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS gratuita para familiares de pessoas surdas ou com deficiência auditiva.

Matéria DSP 10811/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 07/07/2026 e juntado ao PL 455/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=749629.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

PL 921/2025 Institui o Programa de Transição para a Vida Adulta da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (PTVA-TEA) no Município de São Paulo.

PL 920/2025 Institui a "Rota Azul" e o Programa de Feiras Itinerantes de Apoio às Famílias Atípicas no Município de São Paulo.

PL 919/2025 Dispõe sobre a instituição da "Rota Inclusiva" no Município de São Paulo, consolidando e ampliando diretrizes para a garantia do acesso prioritário e qualificado a terapias multidisciplinares, a inclusão escolar efetiva, o apoio integral às famílias atípicas e a informação sobre direitos de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e outras deficiências e institui a coleta de dados para implementação de políticas públicas baseadas em evidências

PL 892/2025 Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação do espaço “Praça Azul – Convivência e Inclusão para Famílias Atípicas” em eventos públicos, shows, feiras e demais festividades autorizadas ou realizadas no âmbito do Município de São Paulo.

PL 876/2025 Altera a Lei nº 18.078, de 11 de Janeiro de 2024, para expandir a aplicação do questionário M-Chat (Modified Checklist for Autism in Toddlers) nos Centros de Educação Infantil, nos Centros de Referência de Assistência Social, nas unidades do Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes e nos Centros de Acolhida no Município de São Paulo.

PL 870/2025 Dispõe sobre o atendimento integral à pessoa com deficiência na rede pública municipal de ensino e estende os benefícios da educação especial aos alunos com deficiência matriculados na rede estadual em unidades localizadas no município de São Paulo, e dá outras providências.

PL 859/2025 Dispõe sobre a instituição da Campanha Permanente de Orientação, Conscientização e Combate ao Capacitismo no Município de São Paulo e dá outras providências.

PL 813/2025 Institui o Selo Escola Amiga da Criança e do Adolescente TEA, com o objetivo de promover a conscientização, inclusão e o enfrentamento ao bullying no ambiente escolar.

PL 776/2025 Autoriza o poder executivo a estimular o desenvolvimento de ações de solução de microacessibilidade para segurança, orientação e conforto no deslocamento em todos os percursos urbanos, com foco na pessoa idosa, pessoa com deficiência e pessoa com mobilidade reduzida, contribuindo para a consolidação de São Paulo como Cidade Cuidadora de referência nacional.

Matéria DSP 10811/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 07/07/2026 e juntado ao PL 455/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=749629.

autuado por cintiacarrer em 07/07/2026 14:09:28.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

PL 773/2025 Estabelece a capacitação em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como critério de desempate em concursos públicos e processos seletivos em âmbito municipal

PL 770/2025 Institui a "Sala Azul" no âmbito do Município de São Paulo, como espaço sensorial de acolhimento, descompressão e acessibilidade para pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e outras neurodivergências, em equipamentos públicos e privados com relevante circulação, e dá outras providências.

PL 764/2025 Dispõe sobre a obrigatoriedade de adequações para acessibilidade em todos os condomínios edilícios da cidade de São Paulo, independentemente da data de sua construção.

PL 698/2025 Confere a profissionais do sexo feminino a exclusividade nos cuidados íntimos com as crianças da Educação Infantil e dá outras providências.

PL 676/2025 Institui o Circuito Azul Spcine, com sessões acessíveis mensais dedicadas a pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), no âmbito do Circuito Spcine, e dá outras providência.

PL 497/2025 Dispõe sobre a criação do programa Capacita TEA+ no Município de São Paulo, dando ainda outras providências.

PL 495/2025 Dispõe sobre política permanente de educação bilíngue para surdos por meio de garantia de manutenção das escolas bilíngues para estudantes surdos matriculados nas escolas públicas da Rede Municipal de Ensino da cidade de São Paulo visando zerar a evasão nessas unidades escolares, dando ainda outras providências.

PL 394/2025 Dispõe sobre a Educação Especial e Inclusiva para o atendimento de educandos com transtornos do neurodesenvolvimento no Município de São Paulo e dá outras providencias.

PL 360/2025 Estabelece número máximo de alunos por agrupamentos ou turmas nos estabelecimentos de ensino regular da rede municipal, e dá outras providências.

PL 350/2025 Estabelece diretrizes para a Política Municipal de Inclusão de Pessoas com Nanismo.

PL 333/2025 Dispõe sobre a inclusão educacional de estudantes com Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD) e transtornos do

Matéria DSP 10811/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 07/07/2026 e juntado ao PL 455/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=749629.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

neurodesenvolvimento segundo o DSM-5, estabelecendo medidas viáveis para sua implementação e dá outras providências..

PL 173/2025 Dispõe sobre a obrigatoriedade da criação de 5 unidades de ensino especializadas em Tadoma para pessoas surdo cegas, no Município de São Paulo.

PR 95/2025 Dispõe sobre o Programa “Biblioteca da Primeira Infância” no âmbito da Câmara Municipal de São Paulo.

PL 94/2025 Institui aulas de Libras no ambiente escolar no âmbito do Município de São Paulo e dá outras providências.

PL 83/2025 Dispõe sobre a realização de eventos inclusivos voltados para pessoas com Autismo, Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), Síndrome de Down e mães neurodivergentes.

PL 42/2025 Altera a Lei nº 16.014, de 18 de junho de 2014, para incluir a categoria Surdolímpica no programa Bolsa Atleta da Cidade de São Paulo, e dá outras providências.

PL 798/2024 Dispõe sobre a obrigatoriedade de implementação de salas multissensoriais nos locais que especifica para pessoas com transtorno do espectro autista (TEA) e outras neurodivergências.

PL 481/2024 Dispõe sobre a criação de espaços de convivência para pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nos Centros Educacionais Unificados (CEUs) no município de São Paulo e dá outras providências.

PL 228/2024 Dispõe sobre a obrigatoriedade das instituições educacionais pública e privada em conceder condições especiais para acesso e formação de pessoas portadores de deficiência intelectual, bem como, àquelas doenças conhecidas como neuroatípicas, denominada Lei Davi Vilarino, e fixa outras providências

PL 210/2024 Dispõe sobre a disponibilização de salas exclusivas para alunos autistas nas escolas da rede públicas do Município de São Paulo, na forma que especifica, e dá outras providências.

PL 184/2024 Torna obrigatória a instalação de sala de aula multissensorial, nas escolas da rede municipal de ensino básico (educação infantil, fundamental e médio), para as crianças e jovens com deficiência intelectual e/ou múltipla, bem como com Transtorno do Espectro Autista (TEA), e dá outas providencias.

Matéria DSP 10811/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 07/07/2026 e juntado ao PL 455/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=749629.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

PL 756/2023 Institui a alfabetização em Braille nas Escolas da Rede Municipal de Ensino e dá outras providências.

PL 708/2023 Cria a o Programa Municipal de Assistência Estudantil - PMAES, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, tem como finalidade ampliar as condições de permanência de crianças e jovens na Educação Básica no Município de São Paulo e dá outras providencias.

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente.

São Paulo, 07 de julho de 2026.

Cintia Talarico da Cruz

Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia

OAB/SP 155.068

Matéria DSP 10811/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 07/07/2026 e juntado ao PL 455/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=749629.